

negócios iniciativas

Este suplemento faz parte integrante do Jornal de Negócios n.º 3046, de 21 de Julho de 2015, e não pode ser vendido separadamente.

Um olhar sobre o turismo

- Sector pede menos regulamentação
- Novas unidades adequadas à procura
- Cadeia de valor mudou

Retrato estatístico

Turismo beneficia balança comercial

Fundos comunitários

Os apoios disponíveis para o sector

Bruno Simão



Publicidade

<http://maisportugal-popular.negocios.pt>

MAIS PORTUGAL

BANCO POPULAR / NEGÓCIOS

SETORES ESTRATÉGICOS PARA O PAÍS

TURISMO

Popular

O banco que é para si

negócios

NEGÓCIOS INICIATIVAS Observatório do Turismo

RETRATO ESTATÍSTICO

Turismo beneficia em 14% balança comercial

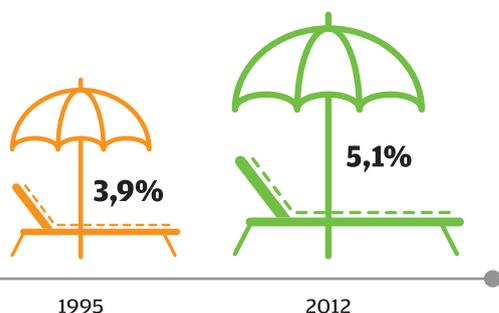
O excedente da balança turística cresceu 2,4 mil milhões de euros desde 2008. Um valor que representa 14% do ajustamento realizado no saldo da balança de bens e serviços no mesmo período.

TURISMO EM PORTUGAL

O sector do turismo tem ganho um peso cada vez maior na economia portuguesa. O Valor Acrescentado Bruto (VAB), por exemplo, que representa o seu contributo para o PIB, saltou para 5,1% do VAB total.

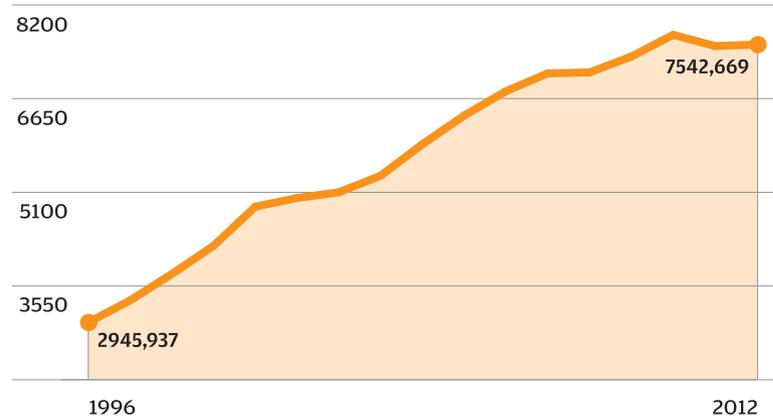
PESO DO VAB DO ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO NO VAB TOTAL

Em % do VAB total da economia



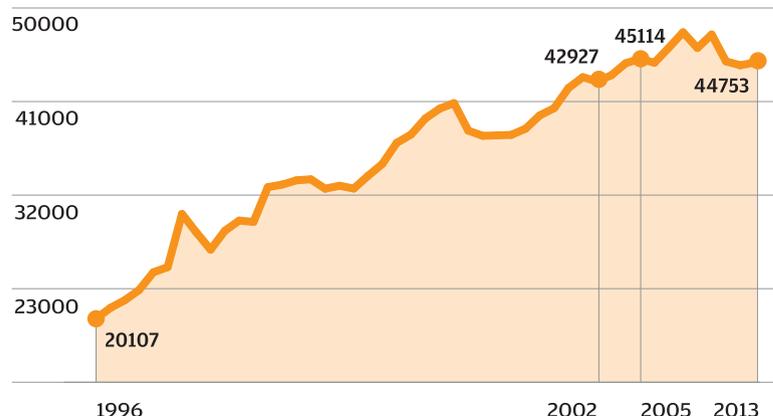
Evolução do VAB alojamento e restauração

Valor Acrescentado Bruto a preços constantes (milhares de euros)



Pessoal ao serviço em estabelecimentos hoteleiros

Emprego na hotelaria (pessoas)



Receita da balança turística

Valores em milhões de euros



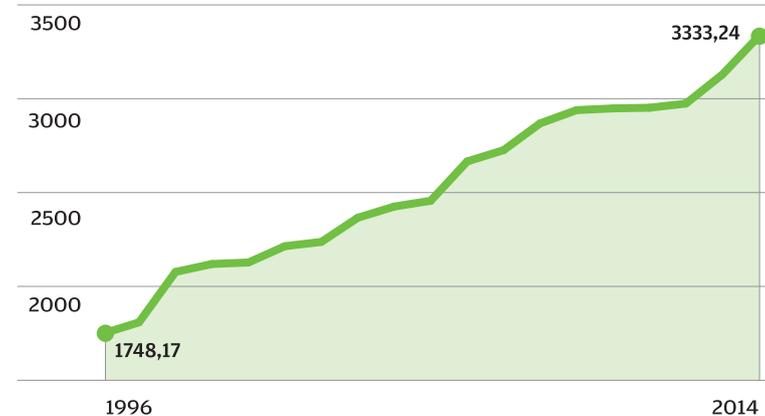
Países de onde vem a maior receita

	França	1.668.451
	Reino Unido	1.507.048
	Espanha	1.134.598

Valores em milhares de euros

Despesa da balança turística

Valores em milhões de euros



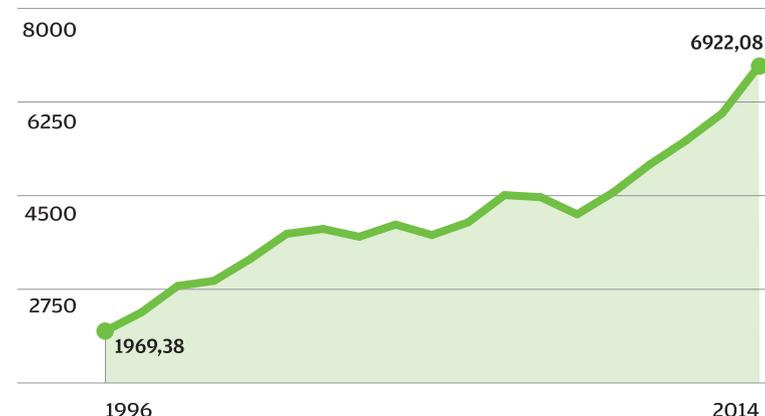
Países para onde vai a maior despesa

	Espanha	876.150
	França	439.307
	Reino Unido	350.433

Valores em milhares de euros

Saldo da balança turística

Valores em milhões de euros



Países com quem temos o maior excedente

	França	1.229.144
	Reino Unido	1.156.615
	Alemanha	765.983

Valores em milhares de euros

Os traços assinalam quebras de série.

NUNO AGUIAR
naguiar@negocios.pt

Muito se tem discutido sobre o impacto do turismo na melhoria do défice externo português. Os números parecem confirmar a existência de uma influência importante. Segundo os dados do Banco de Portugal, o saldo da balança turística cresceu

2,4 mil milhões de euros entre 2008 e 2014, o que representa 13,5% da melhoria total do saldo da balança comercial de bens e serviços, o principal ingrediente do saldo externo.

Esta balança representa a diferença entre a receita e a despesa turística. O que significa isso? Do lado da receita, estão lá incluídos os gastos de viajantes estrangeiros em bens e serviços em território português num período inferior a um ano. A despesa turística é o espelho disto: aquilo que viajantes portugueses gastam no estrangeiro.

Nos últimos anos, tanto a receita com a despesa turística cresceram. No entanto, a primeira avançou a um ritmo muito superior à primeira. Enquanto a receita aumentou 38% desde 2008, a segunda apenas 13%. O resultado foi uma melhoria de 55% do saldo, que foi sempre positivo ao longo de toda a séria (começa em 1995), mas que, desde 2009, entrou num ciclo de crescimento mais veloz.

Dados que parecem confirmar que o sector possui uma dinâmica muito positiva, mas também que essa dinâmica não começou há

pouco tempo, mas sim depois da crise financeira.

Se olharmos para o Valor Acrescentado Bruto (VAB) do sector de alojamento e restauração, por exemplo, verifica-se um aumento de 6% entre 2008 e 2012. Um ritmo mais lento do que nos anos anteriores, que se pode justificar com um abrandamento geral da economia nacional e por estarem aqui integrados os restaurantes (influenciados pela quebra da procura interna).

O peso desses dois sectores na economia passou de 3,9% do VAB total em 1995, para 5,1% em 2012 (não

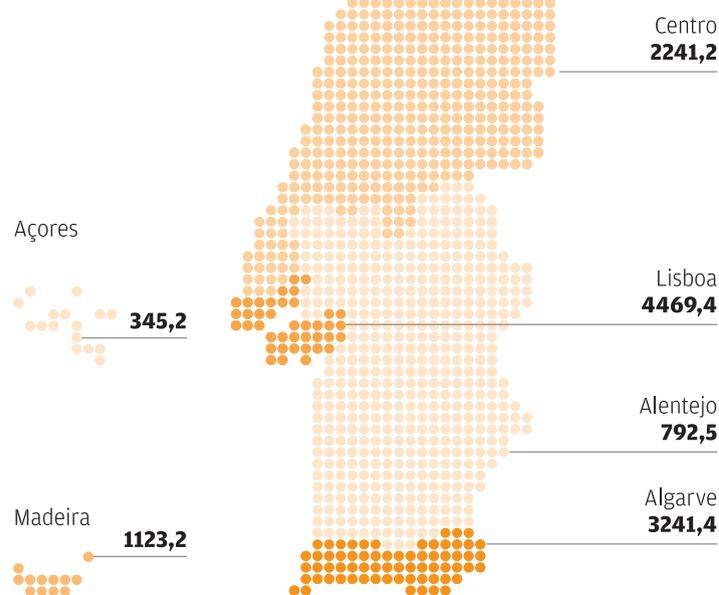
existem dados mais recentes), estando a crescer ao mesmo ritmo sensivelmente desde meados da década de 90.

Embora os dados sejam positivos para o sector (as dormidas e os hóspedes também não param de crescer), no emprego as conclusões não são iguais. Segundo os dados da Pordata – que separa a hotelaria da restauração – o emprego em hotéis está a cair desde 2008, atingindo em 2013 o valor mais baixo desde 2006. Segundo esses números, há 44,7 mil portugueses empregados em hotelaria, menos 6% do que em 2008. ■

Hóspedes e dormidas por região do País

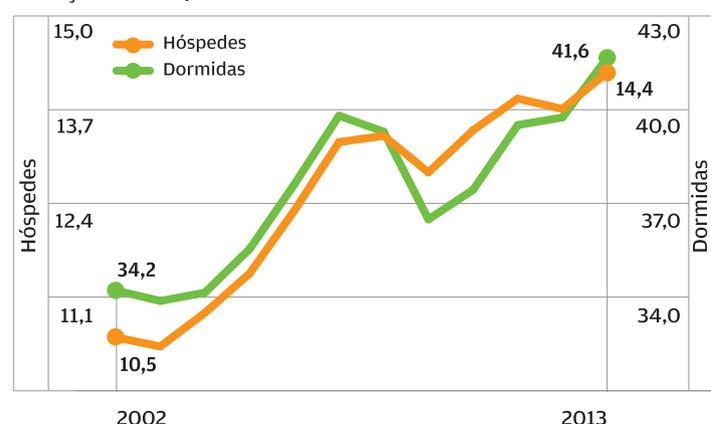
Dormidas (cores no mapa) e hóspedes (valor ao lado)

- Mais de 15.000
- 10.000 a 15.000
- 5.000 a 10.000
- 2.000 a 5.000
- Menos de 2.000



Hóspedes e dormidas totais

Evolução dos hóspedes e dormidas



Valores em milhões de hóspedes ou dormidas

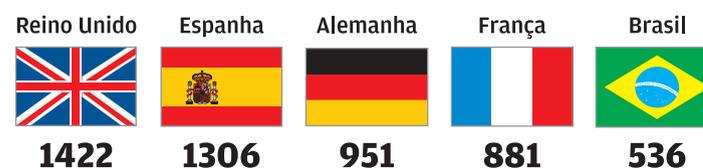
PERFIL DO TURISTA PORTUGUÊS

Quem é e o que faz o típico turista residente em Portugal?

20%	viagrou para visitar familiares ou amigos
52%	são mulheres
9%	viajam para o estrangeiro
58%	têm entre 25 e 44 anos
18%	são reformados
21%	tem curso superior
82%	das viagens são feitas em automóvel privado
33%	das viagens ao estrangeiro são feitas com agência de viagens
36%	das viagens ao estrangeiro são a Espanha
66%	das viagens envolvem mais de duas pessoas da família
5,1 dias	estada média em viagens de lazer/férias a Portugal
7 dias	estada média em viagens de lazer/férias ao estrangeiro
79 euros	gastos médios em viagens a Portugal
407 euros	gastos médios em viagens ao estrangeiro

Principais países de origem de hóspedes estrangeiros em Portugal

Valores em milhares de pessoas



Nacionalidade

Origem dos turistas



Mês com mais hóspedes

Agosto
13% do total

33,1

REVPAR

A receita por quarto disponível (RevPar) de 2014 foi 33,1 euros.

Fonte: INE e Pordata; Infografia: Cátia Santos

Brasileiros e angolanos são os que mais gastam

O Reino Unido continua a ser o país de origem da maior parte dos hóspedes estrangeiros. Porém, não são os que mais gastam. Os turistas brasileiros são aqueles que mais dinheiro gastam nas deslocações a Portugal, com uma média diária per capita de 277 euros, seguidos por Angola e Estados Unidos (valores que podem ser influenciados pelo facto de a distância ser maior e, por arrasto, o transporte mais caro). Se a análise se concentrar apenas na Europa, o gasto médio superior pertence aos visitantes russos (151 euros/dia), seguidos pelos escandinavos (105 euros). França, por outro lado, apresenta o valor mais baixo entre os países para os quais o INE tem dados (68 euros). O que se pode explicar com a relação inversa que existe entre o peso dos emigrantes portugueses nos países de origem e os gastos médios dos visitantes, devido ao acesso a alojamento e refeições gratuitas.

Franceses têm os mais baixos gastos/dia, devido ao peso dos emigrantes portugueses.

THINK TANK NEGÓCIOS/BANCO POPULAR

Sector do turismo pede para não ser sacrificado

Bruno Simão



O sector reclama menos regulamentação e carga fiscal. Mas acima de tudo clama por constância legislativa.

Portugal está a ganhar quota a nível mundial. Enquanto o turismo global cresce a 3-3,5%, Portugal regista crescimentos de dois dígitos. Mas pede para não se estragar o bom momento.

O turismo pode dar a Portugal o que o país precisa em termos económicos. Portugal está a ganhar quota mundial, já que cresce mais que o mercado global. E como faz questão de salientar João Cotrim de Figueiredo, presidente do Turismo de Portugal, a explicação não chega da Primavera Árabe. Houve com esse fenómeno impactos

em 2010, 2011 e um pouco em 2012, mas os crescimentos actuais já não estão relacionados com os focos de instabilidade em destinos como o Egipto ou a Tunísia. Portugal, acrescenta o presidente do Turismo de Portugal, João Cotrim de Figueiredo, alia qualidade ao preço justo. Mas atribui, ainda, o crescimento à promoção que tem sido feita.

“As tendências actuais de consumo colam muito bem com as características da oferta portuguesa”, acrescenta Pedro Costa Ferreira, presidente da APAVT, que lembra as principais motivações dos turistas europeus nas suas viagens: sol & praia, visitas a familiares e amigos, turismo de natureza, cultura (incluindo gastronomia) e “city breaks”. “Em qualquer destes segmentos Portugal está muito bem colocado”, garante. Além desta colagem às motivações, o turismo permite, ainda, responder às fragilidades da economia nacional: desemprego, nomeadamente jovem, e necessidade de

exportar, e de induzir crescimento, além do desenvolvimento local.

José Manuel Esteves, presidente da AHRESP, acrescenta a estas características e oportunidades a capacidade de resposta mais ágil que a concorrência e a hospitalidade.

Se tudo isto são oportunidades, não se pode, no entanto, esquecer que a concorrência abrange 217 países e territórios e, cada um, tem vários destinos disponíveis. São mais de dois mil destinos a nível mundial. Portugal, também tem sido beneficiado pelo aumento de voos “low cost”. Mas José Theotónio alerta para o que diz ser o

fado português: “quando alguma coisa está a correr bem, tem de se arranjar maneira de começar a correr menos bem”. Na sua óptica, o que está a correr menos bem é a carga fiscal e parafiscal, além do que considera ser o excesso de regulamentação. “A actividade precisa de ser regulada e não toda regulamentada”, diz José Theotónio, que pede inteligência para não se coartar novos conceitos, mas também para não os favorecer. Quem o diz é um grupo que só trabalha na hotelaria tradicional, mas que acredita que todas as tipologias são necessárias para conquistar o turista.

Quem tem medo das redes sociais?

Há turistas a mais?

Não gostam quando se fala em excesso de turistas. Pedro Costa Ferreira diz mesmo que é uma declaração bipolar. Precisamos de crescer, exportar e empregar. E o que é que melhor faz isso? O turismo". Para José Manuel Esteves, "Portugal está a olhar para duas colinas de Lisboa", mas o que é necessário, acrescenta, é "levarmos esta procura para o resto da cidade".

Se estas duas associações se insurgem com o discurso anti-turista, João Cotrim de Figueiredo admite, no entanto, que são sinais a que se deve estar atento. Não é uma realidade, acredita, mas o facto de fazerem a agenda mediática tem de obrigar o sector a reflectir nesses sinais. "Temos de intensificar o trabalho com as autarquias", diz o presidente do Turismo de Portugal, até para não se descaracterizar as cidades, nomeadamente substituindo comércio tradicional.

A prova que a Aresp está atenta, revela, é o serviço Quality que vai ajudar o alojamento local a legalizar-se e qualificar-se.

O sector fala, ainda, das constantes alterações legislativas. Dá como exemplo a recente mudança na lei do tabaco, ainda os investimentos anteriores não estavam amortizados. "Em quatro anos não ficou uma única lei-chave de pé", sublinha José Manuel Esteves. É por isso que se pede o teste PME e a comporta regulatória (legislar com cálculo do impacto e sem criar custos de contexto), mas mais do que isso constância legislativa ou "deixem-nos em paz durante quatro anos". ■

ALEXANDRA MACHADO

O turismo é dos sectores que tem sentido o maior impacto da designação da economia da partilha, seja na restauração, seja nos transportes, seja no alojamento. Há uma acentuada dependência das redes sociais, afirma José Manuel Esteves, presidente da AHRESP, que admite ser necessário a muitas empresas adaptarem-se à realidade. Na região centro 60% da hotelaria não está na internet. "Não pode ser", acrescenta o responsável, que sugere a criação de um "hub" tecnológico em Portugal para a indústria não ficar dependente das plataformas internacionais como a TripAdvisor, Booking, Airbnb.

Uma ideia que não é partilhada. Francisco Veloso, director da Católica-Lisbon School of Business & Economics, diz que pensar numa plataforma portuguesa é condená-la a morrer. Os projectos nacionais têm

de ter ambição internacional. Foi o que aconteceu, lembra, à BestTables, que recentemente foi comprada pela multinacional TripAdvisor. "As plataformas não conhecem nacionalidade", acrescenta o director da Católica, salientando que, no entanto, Portugal pode ter um ecossistema de start-up vocacionadas para o turismo relevante. É que Portugal, no tu-

O sector do turismo teve de se adaptar a uma nova cadeia de valor.

risimo, é "um mercado competitivo, reconhecido e com valências". O ecossistema empreendedor de Portugal nem compara mal com outros centros inovadores, como Teleive, mas o país, acrescenta João Cotrim de Figueiredo, precisa de ganhar massa crítica e tradição para colocar os financiadores destes projectos a olharem para Portugal.

O que as redes sociais demonstram é que a cadeia de valor mudou. Há 10 anos, a empresa turística fazia um acordo com um operador e os turistas apareciam. "Os departamentos comerciais eram desnecessários e eram apontadores de reservas", lembra José Theotónio, presidente executivo do Grupo Pestana que acrescenta que hoje além do mercado directo que subiu muito - mas ainda representa menos de 50% - também as reservas online aumen-

taram. Mas Pedro Costa Ferreira não tem dúvidas em afirmar que "o maior erro é acharmos que qualquer um pode estar na net. É caro estar na net, é caro ser visível na net e ser escolhido". É, por isso, uma oportunidade para as agências tradicionais.

"Hoje quem não domina a tecnologia, quem não domina o grande consumo e as grandes técnicas de marketing está fora do mercado ou estará a curto prazo", acrescenta José Theotónio. O que leva a outra questão: a necessidade de recursos humanos mais qualificados, uma fragilidade que o sector reconhece existir e também ao nível da gestão. "Em determinados segmentos temos imensa dificuldade em fixar empresários e sobretudo trabalhadores qualificados quando exigimos disponibilidade permanente", atira José Manuel Esteves. ■ AM

TAP tem de ser resolvida se possível com consenso

Mais importante do que a propriedade do capital é garantir que a TAP é uma empresa estabilizada. A greve de Maio não foi bem recebida pelo sector do turismo. Metade dos 80% dos turistas que chegam a Portugal de avião viajam pela TAP.

"A instabilidade da TAP é inaceitável. É um drama", enfatiza José Manuel Esteves, presidente da AHRESP, no que é corroborado pelo presidente da APAVT que clama por consenso entre os dois principais partidos do eixo da governação em relação ao futuro da transportadora. O actual Governo aprovou a venda da maioria do capital da TAP à Gateway, consórcio formado pelo empresário português Humberto Pedrosa e por David Neeleman, uma venda contestada pelo PS que quer a maioria do capital em mãos públicas. Pedro Costa Ferreira, presidente da APAVT,

não se pronuncia sobre a bondade da privatização, mas não tem dúvidas em afirmar que "a TAP tem de ser resolvida", já que identificou nos últimos tempos dois problemas: o espartilho no qual estava por ser uma empresa pública o que lhe impunha regras muito apertadas, o que dificultava a concorrência com outras transportadoras extremamente agressivas e flexíveis; por outro lado tinha o problema de falta de dotação de capital que a impedia de dar resposta a necessidades e oportunidades de crescimento. Dois problemas que podiam pôr em risco a própria transportadora. O presidente da APAVT lembra que depois do fecho da Malév, companhia de aviação húngara, em 2012, foram precisos dois anos para Budapeste voltar à rota do turismo de congressos e eventos (MICE - Meetings, Incentives, Conferen-

cing and Exhibitions) e dos "city breaks" (pequenas viagens para uma cidade). "Claro que o mercado resolve o problema, mas a história internacional aponta para um período de dois anos para a sua resolução", acrescenta Pedro Costa Ferreira que assim clama por uma solução para a TAP. Nesse sentido, a privatização pode ser vista como uma resolução. Mas o presidente da APAVT lamenta que o sector do turismo não tenha sido ouvido no processo, como preferia que a venda tivesse resultado de um consenso. "Qualquer resolução da TAP com um consenso político mais alargado era mais seguro". Mas seria viável? "Era bom que fosse. Tenho imensa pena que as nossas duas maiores facções políticas não se tenham conseguido entender num assunto tão fulcral para o país". ■ AM



Estamos muito dependentes do transporte aéreo, que é absolutamente fulcral na estratégia turística.

PEDRO COSTA FERREIRA
Presidente da APAVT
(Associação Portuguesa das Agências de Viagem e Turismo)

QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO

Existência de procura tem de estar identificada

Pode haver financiamento para novos projectos. No entanto, o Turismo de Portugal garante que só aprovará novas unidades se houver uma adequação à procura.

O turismo teve, nos outros quadros comunitários de apoio, poucos projectos, em comparação com outras áreas de actividade. Enquanto a indústria, no QREN (Quadro de Referência Nacional) teve mais de cinco mil projectos aprovados, o turismo não chegou aos 900. E foram, no total, atribuídos a este sector cerca de 600 milhões de euros.

João Cotrim de Figueiredo, presidente do Turismo de Portugal, quer mais. Mas vai apontando o dedo a Bruxelas. “A discussão do Portugal 2020 não pensou no turismo. É o motor da economia, mas quando chega a altura das de-

cisões não aparece”, afirma este responsável, lamentando o facto do turismo não ter conseguido, como a agricultura, um envelope financeiro específico.

Além da disponibilização dos fundos comunitários, o presidente do Turismo de Portugal lembra, no entanto, que o turismo precisa de um sistema de financiamento global que responda a várias tipologias de projectos em diversas fases de desenvolvimento.

Ainda assim, quanto aos fundos do Portugal 2020, João Cotrim de Figueiredo realça que há articulação com a estratégia nacional do turismo. E garante que “não

há apoios públicos para ofertas de novas camas, excepto em casos extraordinários quando haja componente inovadora óbvia destacada, que possa contribuir para experimentar novos segmentos ou se houver uma componente de recuperação com relevância”. João Cotrim de Figueiredo garante que “tem de estar comprovada a existência de adequado estudo de mercado que indique que há procura para a unidade e não vai contribuir para o excesso de oferta”.

Pedro Costa Ferreira acredita, aliás, que ainda há mais oferta do que procura. Apesar de haver segmentos a precisarem de reconversão. Dá como exemplo a área da saúde e bem-estar. No entanto, o presidente da APAVT assume que gostava que não fosse apoiada nova oferta e que não fosse entornado dinheiro fácil. “Temos gran-

des dificuldades de financiamento, mas não é por isso que quero que haja novos projectos financiados com dinheiro fácil”.

Numa área, no entanto, todos os agentes estão de acordo que é necessário investimento: nos recursos humanos. Hoje, diz José Theotónio, há falta de gente qualificada e falta gente para trabalhar. Este gestor reclama ainda maior flexibilidade na legislação laboral. Há hoje neste sector quem prefira trabalhar uma temporada num cruzeiro, onde em dois ou três meses se retira o rendimento de um ano.

O sector assume que não remunera bem, mas também diz ter margens e rácios de autonomia financeira baixos, mantendo uma rentabilidade de capitais próprios negativa. “Não vejo o sector a nadar em dinheiro”, conclui José Theotónio. ■ AM

Bruno Simão



Nem sempre houve acordo à mesa do turismo, mas há consenso na declaração do sector como alavanca da economia portuguesa.

PROTAGONISTAS

Quem esteve no think tank sobre o turismo

Os intervenientes debateram os problemas e as oportunidades do sector do turismo.



CARLOS ÁLVARES
Presidente do Banco Popular Portugal



FRANCISCO VELOSO
Director da Católica-Lisbon School of Business & Economics



JOÃO COTRIM DE FIGUEIREDO
Presidente Turismo de Portugal



JOSÉ MANUEL ESTEVES
Director-geral da AHRESP



JOSÉ THEOTÓNIO
Presidente executivo do Grupo Pestana



PEDRO COSTA FERREIRA
Presidente da APAVT

PERGUNTAS FREQUENTES

Guia para os fundos comunitários do turismo

Sem programa específico, o turismo tem de recorrer aos fundos do Compete 2020 ou aos programas regionais. Neste sector os projectos têm de estar alinhados com a estratégia nacional.

HÁ PROGRAMA ESPECÍFICO PARA O TURISMO?

4,4 COMPETE 2020

O Compete 2020 terá 4,4 mil milhões para distribuir. Lisboa e Algarve estão fora.

Ao contrário do que acontece com a agricultura não há para o turismo um programa específico no Portugal 2020. Como tal não há também um valor fixo para este sector. Mas o Turismo de Portugal espera que o novo quadro comunitário possa representar um apoio superior aos cerca de 600 milhões de euros arrecadados no quadro anterior. “Podemos fazer bastante mais”, diz João Cotrim de Figueiredo.

A QUE FUNDOS POSSO CONCORRER PARA O TURISMO?

319 ALGARVE

O programa regional do Algarve tem para todas as vertentes 319 milhões de euros.

Um dos instrumentos a que os empresários podem recorrer no quadro do Portugal 2020 é o Compete 2020, sobretudo para as áreas de inovação, empreendedorismo e internacionalização das empresas. A linha da inovação empresarial e empreendedorismo é a que representa a maior fatia dos apoios, abrindo o novo quadro comunitário maiores oportunidades para as PME. Os apoios podem chegar a cobrir um máximo de 75% dos investimentos em aspectos como custos de aquisição de equipamentos, direitos de patentes ou software. No caso específico do turismo, são elegíveis as despesas de construção (de

um novo hotel, por exemplo) bem como a melhoria da qualidade e do próprio número de quartos disponíveis. As despesas de divulgação em feiras e acções de marketing internacional são apenas elegíveis para PME. Os projectos que se apresentem ambientalmente sustentáveis, que promovam o empreendedorismo jovem ou feminino, ou se fixem em territórios de baixa densidade populacional (que em Portugal exclui praticamente toda a faixa litoral do país) são alvos de majorações nos apoios. O Compete 2020 exclui apoios a projectos de Lisboa e Algarve que, no entanto, podem conseguir incentivos através dos programas regionais. Só uma parte das verbas disponíveis para estas regiões - que têm, respectivamente, 833 e 319 milhões de euros para todas as componentes - é que se destinará aos projectos empresariais. Nos programas regionais, o Norte terá o maior bolo com 3,37 mil milhões de euros, seguindo-se o Centro com 2,15 mil milhões e o Alentejo com mil milhões.

O QUE PRETENDE A INOVAÇÃO PRODUTIVA?

Pretende promover a inovação do tecido empresarial que contribua para a internacionalização e orientação transaccional da economia. De acordo com um documento do Turismo de Portugal este apoio pode financiar a criação de um novo estabelecimento ou diversificação dos serviços prestados. Em relação à modernização ou expansão (aumento deve corresponder no mínimo a 20% da capacidade instalada em relação ao ano pré projecto) há critérios para serem financiados. A comparticipação mínima é de 75 mil euros e a máxima de 25 milhões. Isto na maioria das regiões. Se for em Lisboa e Algarve, o financiamento respeita apenas a novas actividades para as grandes empresas. Pode haver isenção de reembolsos caso as metas sejam superadas.



O QUE É ELEGÍVEL?

Os projectos podem incluir como despesas elegíveis, “a construção de edifícios, obras de remodelação e outras construções, em casos devidamente justificados no âmbito da actividade do projecto, desde que adquiridos a terceiros não relacionados com o adquirente”. Com determinados limites. Nas regiões Norte, Centro e Alentejo há o limite de 60% das despesas elegíveis totais; no Algarve 20%, que podem ir aos 50% das despesas elegíveis no caso dos projectos que contribuam para atenuar a sazonalidade (nomeadamente Turismo acessível/senior, Autocaravanismo) ou que contribuam para o desenvolvimento dos produtos identificados no Plano de Marketing Estratégico do Algarve como complementares (Gastronomia e vinhos, Touring, Turismo de saúde) ou em desenvolvimento (Turismo de negócios, Turismo de natureza, Turismo náutico). Os limites para a região de Lisboa é de 10% das despesas elegíveis, ou de 15% nos projectos do sector do turismo natureza, náutico e desporto e de 25% nos projectos exclusivamente dedicado à saúde.



COMO POSSO CONCORRER?

As candidaturas são feitas no Balcão 2020 no site www.portugal2020.pt. O registo e autenticação no Balcão 2020 deve ser efectuado pelo beneficiário antes de se candidatar a um projecto. É então criada a área reservada, na qual pode fazer a candidatura, fazer os pedidos de pagamento/reembolso, reprogramar, e verificar a conta-corrente dos projectos. O registo é feito por via da senha fiscal atribuída pela Autoridade Tributária e com o número de identificação fiscal. Os concursos abertos devem ser consultados no portal do Portugal2020.

QUAIS AS CONDIÇÕES?

0,15 AUTONOMIA

As PME têm de ter uma autonomia financeira de 0,15 para se candidatarem

O beneficiário deve ter situação tributária e contributiva regularizada. Não haver salários em atraso. E ter uma situação económico-financeira equilibrada. No caso de não PME tem de apresentar um rácio de autonomia financeira não inferior a 0,20 e no caso de PME de 0,15. O que, segundo José Manuel Esteves, da AHRESP, vai afastar boa parte das empresas deste sector.

O QUE É O PROGRAMA INTERNACIONALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PME?

833 LISBOA

A região de Lisboa, fora do Compete 2020, tem disponíveis 833 milhões para todas as vertentes.

Com um limite máximo de 20 mil euros na Qualificação PME podem ser financiados projectos de transferência de conhecimento, inovação organizacional e gestão, economia digital e tecnologias de informação e comunicação, criação de marcas e design, protecção de propriedade industrial e qualidade e Eco-inovação. Já na internacionalização pretende-se incentivar o reforço da capacidade empresarial das PME através do desenvolvimento dos seus processos de qualificação para a área internacional.

SOU AGRICULTOR. POSSO CANDIDATAR-ME A FUNDOS DE AGRO-TURISMO?

Na abordagem Leader, onde o Programa de Desenvolvimento Rural (PDR2020) se

cruza com outros fundos comunitários para o desenvolvimento regional, está previsto o apoio para a diversificação de actividades dentro da exploração (medida 10), desde que se mantenha a actividade agrícola. Aqui cabem pequenos investimentos de agro-turismo, para projectos “superiores a 10 mil euros” e “até um máximo de 200 mil euros” em “diversificação de actividades na exploração para actividades não agrícolas”. As despesas elegíveis vão desde a elaboração do projecto às viaturas necessárias à operação, passando por obras de recuperação ou construção de pequena escala. O incentivo é “não reembolsável até 40% das despesas elegíveis” e até “50% quando houver criação de postos de trabalho”. O “limite de um montante de apoio por beneficiário” é de “150 mil euros durante o período de programação”. Segundo o calendário do PDR 2020, o período de candidaturas para a medida 10 - Leader abrem este mês de Julho.



PRECISO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE TURISMO?

A Declaração de Interesse para o Turismo foi extinta em 2014. No entanto, os projectos deste sector devem estar alinhados com as estratégias nacional e regionais. Esta estratégia pode ser consultada no portal do Turismo de Portugal, entidade, liderada por João Cotrim de Figueiredo, e que tem uma palavra a dizer também em relação aos projectos elegíveis. Há já candidaturas a serem analisadas. ■ AM/IA/WL



MAIS PORTUGAL

BANCO POPULAR / NEGÓCIOS

SETORES ESTRATÉGICOS PARA O PAÍS

O **Negócios** e o **Banco Popular** associaram-se para lançar um Ciclo de Think Tanks dedicado a sectores estratégicos para Portugal.

Numa altura de mudanças profundas, a iniciativa **MAIS PORTUGAL** nasce com o objectivo de gerar linhas de orientação para a retoma económica de Portugal, analisando sectores de relevo para a economia. Esta iniciativa pretende aportar uma perspetiva informada, com base no know-how de especialistas nacionais em cada sector.

Foram realizados dois **Think Tank MAIS PORTUGAL**, um dedicado à **Agricultura** e outro ao sector do **Turismo**. Ambos reuniram especialistas independentes e representativos do sector, que debateram durante uma manhã os desafios e oportunidades do seu sector.

Acompanhe os vídeos e desenvolvimentos da iniciativa **MAIS PORTUGAL** em <http://maisportugal-popular.negocios.pt>

O banco que leva o seu negócio ao próximo nível.

Popular

O banco que é para si

negocios

No tempo certo.